

RESUMÃO LACLIMA Conferência de Bonn 2025 SB 62

Em clima de “mutirão”, o resumão da LACLIMA desta SB62 está mais longo que o habitual, recheado de informação e história sobre os resultados de alguns dos principais temas de negociação em Bonn, e também sobre os eventos mandatados relevantes que aconteceram, preparando o terreno para a COP 30.

Como sempre, teve drama. Mas (quase tudo) teve conclusão e algum encaminhamento para Belém, com textos-base para finalizar a negociação no Brasil.

Adaptação

A agenda de adaptação permanece como um dos eixos centrais das negociações climáticas, e continua mobilizando o engajamento ativo de uma diversidade de stakeholders, tanto dentro quanto fora das salas de negociação. As discussões sobre o principal item da agenda, o Objetivo Global de Adaptação (Global Goal on Adaptation – GGA), concentraram-se em três frentes principais: 1) o programa de trabalho sobre indicadores de resiliência climática; 2) o Roteiro de Adaptação de Baku, estabelecido na COP 29; e 3) a incorporação de abordagens diversas para a adaptação. Paralelamente ao GGA, as Partes também discutiram outras frentes relevantes da agenda de adaptação, incluindo os Planos Nacionais de Adaptação (NAPs), as Comunicações de Adaptação (AdComs), a revisão do Comitê de Adaptação (AC) e o Programa de Trabalho de Nairobi (Nairobi Work Programme – NWP).

Objetivo Global de Adaptação

As negociações sobre o GGA são o tema de maior destaque da agenda de adaptação, avançando com grande esforço negocial e sob intensa pressão. No início da Conferência, foi realizado um workshop híbrido no âmbito do Programa de Trabalho dos Emirados Árabes Unidos–Belém voltado à discussão da atual lista de quase 500 indicadores de resiliência climática. O workshop evidenciou a baixa coordenação do processo, a fragilidade na definição de mandatos e a crescente frustração entre Partes e especialistas. Apesar da relativa turbulência no primeiro dia, o amplo reconhecimento da necessidade de refinar a lista até a COP 30 foi levado para a sala de negociação, onde as Partes começaram a definir a

continuidade do mandato dos especialistas, com o objetivo de oferecer orientação mais robusta e critérios mais claros para reduzir e refinar a lista de indicadores. Persistiram, ao longo de todas as sessões, profundas divergências sobre os indicadores para mensuração de meios de implementação e sobre as considerações transversais.

A conclusão aprovada ao final da SB62 solicita que os especialistas reduzam a lista para um conjunto de no máximo 100 indicadores globalmente aplicáveis, incluindo indicadores relativos a meios de implementação e fatores habilitadores, além de considerações transversais como inclusão social, juventude, gênero e direitos humanos. As Partes decidiram também incorporar critérios e orientações metodológicas para a próxima etapa, incluindo a remoção de indicadores irrelevantes (por exemplo, relacionados à mitigação), o aprimoramento de indicadores pouco específicos, e a inclusão de narrativas qualitativas, quando pertinente. Ficou definido, ainda, que os subindicadores devem capturar os diversos contextos das ações de adaptação, permitindo que as Partes escolham aqueles mais adequados às suas circunstâncias nacionais. Além disso, deverão ser contemplados indicadores de meios de implementação que permitam mensurar o acesso, a qualidade e o financiamento para adaptação, incluindo sua provisão, em consonância com o Acordo de Paris. Reconheceu-se também que a limitação de dados disponíveis não deve restringir o desenvolvimento de novos indicadores, desde que acompanhada de apoio à capacitação dos países em desenvolvimento.

Ficou estabelecido que os especialistas deverão se reunir novamente, antes do workshop previsto para ocorrer entre a SB62 e a SB63, em um encontro híbrido, para revisar a coerência dos metadados, realizar controle de qualidade e verificar a adequação dos indicadores com as orientações definidas, bem como apresentar uma versão final do relatório técnico até agosto de 2025. A partir disso, o Secretariado elaborará dois relatórios de síntese consecutivos (um sobre a reunião técnica e outro sobre o workshop preparatório).

As considerações sobre adaptação transformacional (e outras abordagens para adaptação) e sobre o futuro do Roteiro de Adaptação de Baku acabaram ficando em segundo plano. Embora tenham sido objeto de atenção pelas Partes em algumas sessões de negociação, as seções do texto refletindo essas visões foram incluídas apenas como nota informal nas conclusões provisórias da SB sobre o GGA, o que deverá servir de base para as discussões em Belém, em novembro.

Programa de Trabalho de Nairóbi

O Programa de Trabalho de Nairóbi conseguiu alcançar um consenso entre as partes ainda na primeira semana da SB62. Após um início de negociações acaloradas, as Partes chegaram a um compromisso equilibrado e aprovaram

conclusões provisórias. O texto reconhece os avanços alcançados na implementação das atividades do NWP entre maio de 2024 e março de 2025 e reiteram o papel central do NWP no fortalecimento da ação adaptativa e da resiliência frente aos impactos climáticos, inclusive os transfronteiriços e os resultantes de riscos compostos. Também reforça a importância de integrar abordagens incrementais, urgentes, transformacionais e orientadas por contexto nacional nas atividades do NWP, e solicita ao Secretariado o fortalecimento da colaboração com diversos detentores de conhecimento, incluindo povos indígenas, comunidades locais, setor privado e instituições científicas, bem como o uso de tecnologias emergentes e inovadoras, entre outros pontos. Esse item de negociação representa um raro ponto de convergência dentro da agenda de adaptação na SB62, destacando o NWP como um espaço construtivo, com potencial para fortalecer a base técnica do regime de adaptação da UNFCCC.

Comunicações de Adaptação

As discussões partiram da troca de experiências sobre a elaboração das Comunicações de Adaptação, com foco na definição dos próximos passos. As negociações avançaram de forma relativamente positiva, com reconhecimento generalizado de que as características em evolução da adaptação no contexto do Acordo de Paris exigem ajustes nos formatos e conteúdos das AdComs. Houve ampla convergência quanto à necessidade de preservar sua natureza flexível e voluntária, especialmente para evitar a imposição de novos encargos aos países em desenvolvimento. Ainda assim, a multiplicidade de veículos atualmente utilizados tem gerado fragmentação, e que deve ser buscada a coerência nas informações comunicadas pelas Partes nos instrumentos de reporte. Apesar das convergências, as Partes concluíram que seria necessário mais tempo para reflexão sobre o tema, e decidiram por continuar as considerações sobre esse tema em junho de 2026, durante a SB 64.

Planos Nacionais de Adaptação

As consultas informais sobre os Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) concentraram-se majoritariamente em questões procedimentais, sem que se alcançasse um acordo sobre os próximos passos concretos — em linha com uma dinâmica que se arrasta desde conferências anteriores, na qual questões de procedimento ganham centralidade diante das profundas divergências entre as Partes em relação ao conteúdo dos textos, sobretudo no que diz respeito à linguagem sobre meios de implementação e financiamento. As negociações foram encerradas com o encaminhamento de conclusões provisórias com um texto base a ser utilizado nas negociações na COP 30, indicado nas notas de rodapé.

Comitê de Adaptação

O processo de revisão sobre o progresso, efetividade e performance do Comitê de Adaptação (AC) ficou estagnado, refletindo divergências significativas sobre a definição da governança. O Grupo Sur apresentou propostas buscando a conciliação para finalizar o processo, mas não foi possível alcançar um consenso sobre o papel da COP e da CMA sobre o AC. As partes concordaram em adiar essa decisão para a SB70. A lentidão dessas agendas secundárias evidencia um certo descompasso entre o crescente reconhecimento político da importância da adaptação e a capacidade efetiva do regime em avançar com decisões técnicas e operacionais que sustentem esse impulso.

Balanço Global

As discussões sobre a implementação dos resultados do Balanço Global (Global Stocktake, “GST”) no âmbito do Diálogo de UAE avançaram lentamente, marcadas por fortes divisões políticas quanto ao escopo, resultados esperados e mandato do processo. As negociações começaram sob o impacto do bloqueio das negociações que ocorreu na COP 29 em Baku, liderado por EIG e AILAC. Com a retomada das negociações nesta SB 62, o grupo G77+China, com apoio de AOSIS e do LMDCs, defendeu que as discussões tomassem por base o último texto da COP 29, mas a Arábia Saudita rejeitou qualquer tentativa de se tratar de monitoramento da implementação do GST, insistindo que o foco dos diálogos seja em assegurar *meios de implementação*, especialmente financiamento. O LMDC também rejeitou a inclusão, no texto, de referências aos parágrafos do GST sobre transição energética e eliminação de combustíveis fósseis — cuja manutenção foi defendida por Austrália e AOSIS.

No penúltimo dia da conferência, os facilitadores apresentaram duas minutas — uma de manhã, outra à tarde. A versão mais recente, de 25/06, reorganizou e ampliou as opções em negociação, sem consolidar consensos. O texto apresentou múltiplas alternativas sobre natureza, escopo e duração do diálogo, refletindo posições divergentes. Entre as mudanças estava a expansão do escopo temático de quatro para sete opções e o detalhamento das fontes de informação e linguagem mais operacional para os produtos esperados. As controvérsias permaneceram entre colchetes, sinalizando avanços na estruturação, mas não na resolução dos impasses.

Austrália, Japão, União Europeia e outros apoiaram o encaminhamento da versão da tarde para Belém, enquanto LMDCs e Grupo Árabe preferiram a versão anterior. Índia, apoiada por Egito, Marrocos, Austrália e Maldivas, propôs encaminhar ambas as versões em um único documento. Os facilitadores levaram a proposta ao presidente da SBI, apresentando quatro caminhos: o rascunho da manhã, o da tarde, a combinação de ambos ou nenhum texto.

Na plenária, foi aprovada a continuidade das discussões na COP 30 a partir de uma “nota informal”, que foi preparada com o objetivo de organizar as propostas e posições divergentes das Partes sobre como operacionalizar o Diálogo dos UAE. As duas versões de texto apresentadas no dia anterior, ambas com diferentes opções de redação foram consideradas na nota. Os primeiros dias em Belém devem definir qual dessas versões será considerada como base para o início das negociações.

Transição Justa

Os dois primeiros dias da SB62 foram tomados por negociações envolvendo a adoção da agenda. Esse momento foi importante para o Programa de Trabalho de Transição Justa porque, como solução para o impasse criado pela proposta dos LMDCs sobre a inclusão de dois itens à agenda — um sobre restrição de medidas unilaterais, e outro sobre financiamento (artigo 9.1 do Acordo de Paris) — os presidentes dos órgãos subsidiários determinaram que esses temas fossem discutidos dentro do item de negociação sobre transição justa.

Essa decisão fez com que a sala de negociação fosse dominada por intervenções das partes sobre medidas unilaterais, desviando o foco da discussão para esse tema. Durante a primeira semana, os co-facilitadores do Programa de Trabalho — uma representante da Itália e outro de Singapura — abordaram sete temas identificados como relevantes com base nos diálogos anteriores. Em seguida, apresentaram uma nota informal. A segunda semana começou com a primeira discussão sobre essa nota. Logo no início, surgiram três problemas: o primeiro dizia respeito à linguagem utilizada sobre transição energética e energias renováveis; o segundo, ao espaço dedicado às medidas unilaterais; e o terceiro, às opções de “arranjos institucionais” — ou seja, a criação de um órgão que aborde a dimensão global da transição justa, apoiando os países em suas implementações.

Nos dois últimos dias de negociação, um impasse se consolidou: os LMDCs e outros grupos demonstraram descontentamento com o fato de que o espaço reservado para a discussão sobre medidas unilaterais não continha menção expressa ao termo. Foi então solicitado que uma opção com essa linguagem fosse incluída. Além disso, os LMDCs, o Grupo Árabe e a Rússia indicaram que não avançariam enquanto não fosse revista a linguagem sobre “transição para longe dos combustíveis fósseis”, contida no parágrafo 11g do texto. Por outro lado, países como Reino Unido, Canadá e Austrália argumentaram que não haveria tempo suficiente para incluir todas as visões das partes de maneira a refletir plenamente na nota informal. Por isso, qualquer alteração ao texto seria, necessariamente, não equilibrada. Assim, afirmaram que o texto deveria ser encaminhado a Belém em sua íntegra ou não ser encaminhado.

Diante do impasse, foram necessárias duas sessões informais de negociação (aquelas “de corredor” mesmo!) para que o Reino Unido e outros países aceitassem a inclusão de opções relativas a temas prioritários para os LMDCs e seus aliados. Em contrapartida, os LMDCs também tiveram de demonstrar flexibilidade, aceitando opções com redações que fossem aceitáveis para ambas as partes.

Ao final, foi adotada uma decisão que encaminha a nota informal para a COP 30 em Belém como base para as discussões. O texto encaminhado não é consensual e contém diversos pontos de dissonância entre as partes, refletindo dois dos debates mais difíceis do Acordo de Paris: a transição para longe dos combustíveis fósseis e as medidas unilaterais adotadas por países desenvolvidos que impactam, especialmente, países em desenvolvimento e menos desenvolvidos.

Temas que deverão gerar novos embates em Belém incluem: menções às NDCs, à meta de 1,5°C e à cooperação internacional — que abrange as discussões sobre meios de implementação. Foi um longo caminho desde a COP29, em Baku, onde saímos sem decisão e, conseqüentemente, sem texto. A nota informal agora representa uma base importante para o início das discussões em Belém.

Mitigação

As negociações sobre o Programa de Trabalho em Mitigação (MWP) em Bonn foram marcadas por debates intensos sobre o escopo do mandato, o conceito de “espaço seguro” (safe space) e a proposta de criação de uma nova plataforma digital para facilitar a implementação. Países como Egito, China, LMDCs e o Grupo Árabe defenderam que o MWP deve permanecer estritamente dentro do mandato estabelecido pela decisão 4/CMA.4 — isto é, não prescritivo, não punitivo, com base na soberania nacional e sem impor metas. Por outro lado, AOSIS, União Europeia e Austrália enfatizaram a necessidade de que o MWP contribua para o aumento da ambição e implemente mensagens-chave dos diálogos, incluindo referências aos resultados do GST e aos relatórios de síntese das NDCs.

A proposta brasileira de uma plataforma digital para conectar projetos a financiadores gerou controvérsias: enquanto parte dos países valorizou seu potencial de inovação e implementação, outros alertaram para riscos de duplicação de esforços, falta de clareza sobre seus objetivos e possível sobreposição indevida ao mandato do MWP. AOSIS e Colômbia destacaram que a plataforma não deve desviar o foco das mensagens centrais de mitigação nem ser usada como justificativa para atrasar decisões. Embora a discussão sobre a plataforma tenha servido, em parte, como válvula de escape para países pouco interessados em avanços concretos no MWP consumirem tempo com um novo item, a proposta

brasileira também representou uma ruptura na dinâmica viciada que há anos bloqueava progressos no programa. Ao introduzir um elemento novo no debate, a iniciativa forçou reações, atraiu atenção para a implementação e reabriu caminhos de negociação que vinham travados.

Apesar dos esclarecimentos técnicos fornecidos pelo Brasil — sobre escopo modular, baixos custos e caráter complementar às plataformas existentes —, o debate revelou divergências quanto à viabilidade da proposta dentro do prazo do MWP, cuja continuidade será discutida em 2026. A discussão sobre os elementos de uma decisão a ser adotada em Belém também avançou timidamente, com propostas divergentes sobre a inclusão de próximos passos — incluindo a consideração ou não da plataforma dentro do escopo das negociações —, sobre a continuidade do MWP e sobre os resultados esperados. Diante da ausência de consenso, os facilitadores se comprometeram a elaborar uma nota informal refletindo apenas a estrutura discutida — sem elementos substantivos — como registro preliminar das conversas.

Na última sessão, as partes se reuniram para solucionar os pontos de divergência e os trechos do texto que permaneciam entre colchetes. Após mais de uma hora em que os negociadores se reuniram informalmente, de pé, em um canto da sala, chegaram a um acordo sobre o texto a partir do qual as negociações seriam iniciadas em Belém. Contudo, no último momento antes do encerramento da sessão, a Arábia Saudita, em nome do Grupo Árabe pediu que, na redação da conclusão que introduz a nota informal, fosse incluída a previsão de uma sessão informativa antes da COP 30, para abordar e aprofundar as discussões sobre a plataforma. Esse ponto não havia sido acordado entre as Partes e isso impediu que o texto da nota informal fosse aprovado durante aquela sessão. A decisão ficou então para a plenária final.

O documento adotado na plenária não refletiu o pedido da Arábia Saudita, tendo sido aprovado pelas Partes ao final o texto que havia sido acordado na última sessão de negociações. O texto consiste meramente em uma lista de subtítulos que devem formar a decisão a ser adotada em Belém: I. Preâmbulo; II. Agradecimento aos co-facilitadores, países anfitriões e ao Secretariado; III. Melhorias no Programa de Trabalho em Mitigação (MWP) (diálogos globais e eventos focados em investimento) [, incluindo considerações sobre a plataforma digital]; IV. Resultados do quinto e do sexto diálogo global, levando em conta o relatório anual; V. [Visões sobre a continuação do programa de trabalho]; VI. Submissões conforme mandatado pela decisão 4/CMA.4, decisão 4/CMA.5 e decisão 2/CMA.6. As divergências manifestas no texto são os trechos entre colchetes: se a plataforma digital será considerada nas discussões sobre melhorias do MWP e se haverá um capítulo na decisão dedicado a abordar a continuação do programa de trabalho.

Artigo 6

Artigo 6.2 – Diálogo sobre Ambição e Cooperação

Na COP 29, foi mandatado ao Secretariado da UNFCCC promover diálogos de ambição durante todas as sessões dos Órgãos Subsidiários, com o objetivo de estimular a troca de informações entre Partes e observadores sobre como as abordagens cooperativas podem apoiar o aumento da ambição climática. O primeiro Diálogo sobre Ambição do Artigo 6.2 foi então realizado, dando início à fase de implementação plena do instrumento. O evento foi dividido em duas partes – "Ambição" e "Cooperação" – com mesas-redondas orientadas por perguntas-chave.

Na primeira parte, destacaram-se apresentações de Suíça, Japão, Brasil, União Europeia e CfrN sobre a contribuição do Artigo 6.2 para o aumento da ambição das NDCs; da ICAO e Suécia sobre o uso de ITMOs para propósitos internacionais de mitigação (OIMP), como o CORSIA; e de Singapura, Reino Unido, Emirados Árabes Unidos e Quênia, que abordaram o engajamento do setor privado e os potenciais do Artigo 6.2 para financiar compromissos climáticos voluntários. Na segunda, o foco foi a cooperação. A primeira sessão tratou de repartição de benefícios e justiça nas abordagens cooperativas, com falas do SBM do PACM, União Europeia, Zâmbia, Carbon Market Watch e Grassroots Justice Network. A segunda abordou capacitação, com contribuições do Secretariado, GGGI, A6IP, Alemanha e Chile. Por fim, a terceira tratou da cooperação multilateral, com intervenções do AGN, EBRD, ADB e IETA.

Entre os principais pontos discutidos, destacou-se a necessidade de cautela por parte dos países vendedores de ITMOs quanto ao seu orçamento de carbono, evitando a “supervenda”, bem como a urgência de esforços conjuntos de capacitação para ampliar a participação no mercado. Países compradores alertaram ainda sobre o risco de que a ausência de arcabouço legal doméstico e a demora na emissão dos ajustes correspondentes travem a formalização de acordos. Sessões técnicas conduzidas pelo Secretariado abordaram o processo de revisão de dados, requisitos de reporte e funcionamento do Registro Internacional.

Artigo 6.4 – Capacitação sobre o Mecanismo de Creditação (PACM)

Após a adoção, na COP 29, das regras básicas de operacionalização do Mecanismo de Creditação do Acordo de Paris (PACM), previsto no Artigo 6.4, a partir de então o foco passou a ser o desenvolvimento das diretrizes complementares necessárias para o pleno funcionamento do mecanismo — como regras de adicionalidade, definição de linha de base e aprovação de metodologias —, conduzido pelo Órgão Supervisor do Mecanismo (SBM), com apoio de seus painéis de especialistas.

Nesse contexto, foi realizado em Bonn um dia de capacitação voltado ao funcionamento e à participação no PACM, reunindo uma diversidade de stakeholders, incluindo representantes de governos de Partes interessadas em sediar atividades, especialistas do Secretariado da UNFCCC, setor privado e desenvolvedores de projetos. A capacitação abordou os principais resultados da COP 29 e os benefícios do PACM no contexto das abordagens do Artigo 6.2, além de aspectos técnicos e procedimentais.

Foram discutidos o processo de transição do MDL para o PACM; o sistema de informações do mecanismo; os formulários para participação de Partes e outras entidades; o status da designação das Autoridades Nacionais Designadas (ANDs) e os requisitos para a participação das Partes anfitriãs; o funcionamento do sistema de registro; os procedimentos de autorização de entidades e atividades; e as funcionalidades do site oficial do PACM.

Artigo 6.8 – Abordagens Não Mercadológicas e a Plataforma NMA

Durante as negociações em Bonn, o Comitê de Glasgow sobre Abordagens Não Mercadológicas (GCNMA), previsto no Artigo 6.8 do Acordo de Paris, realizou um workshop com Partes e observadores para discutir o uso da Plataforma NMA — ferramenta digital destinada a dar visibilidade a projetos de mitigação e adaptação climática. Estruturado em formato de *world café* e mesa-redonda, o evento evidenciou obstáculos relevantes, como a limitação do cadastro de projetos a autoridades nacionais e apenas quando já firmados em parceria, o que restringe a divulgação. Também foram apontadas a baixa usabilidade, a falta de responsividade para celulares e a escassez de registros — até o fim da conferência, apenas dois projetos (Uganda e Japão) constavam na plataforma.

Nos grupos temáticos (*spin-off groups*), discutiram-se experiências em energia renovável e infraestrutura verde, caminhos para identificar NMAs e sugestões sobre como permitir o registro por apenas uma Parte. Na reunião de negociações formais, o grupo LMDC se propôs a apresentar um texto abrangente, com medidas como a inclusão de projetos ainda não implementados, criação de canal de financiamento via Fundo Verde para o Clima (GCF), realização de eventos paralelos na COP 30, incluindo uma sessão sobre o Mecanismo Conjunto da Amazônia para Mitigação e Adaptação com Gestão Integrada e Sustentável das Florestas, e um fórum sobre financiamento de NMAs em 2027. A proposta, contudo, enfrentou resistência de países como Suíça e CfrN, especialmente quanto à inclusão de atividades florestais vinculadas ao Artigo 5 como NMAs. O Secretariado apresentou estimativas de custo para subsidiar decisões sobre eventos e melhorias técnicas da Plataforma.

Após mais de seis horas de negociação, um novo texto de caráter genérico foi apresentado, prevendo o aprimoramento das funcionalidades da Plataforma, mas

sem abordar os pontos controversos. A Bolívia manifestou sua oposição ao texto, enquanto outras Partes expressaram frustração diante da desconsideração dos esforços aplicados nas negociações. Sem consenso, foi decidido apenas encaminhar ao Chair do SBSTA o status das discussões, sem texto fechado.

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)

A agenda relativa ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), do Protocolo de Quioto, concentrou-se no processo de sua descontinuação, tendo em vista a criação do PACM e sua futura absorção por este. Durante a SB 62, as Partes discutiram os prazos para encerramento das atividades do MDL, incluindo emissão de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), aprovação e revisão de metodologias, acreditação de entidades operacionais designadas, interação com stakeholders, encerramento das atividades do Conselho Executivo e desativação do registro do mecanismo. O rascunho final de decisão manteve opções de datas para encerramento, variando entre 2025 e 2028, a serem definidas na COP 30.

Houve divergência entre os países: o grupo LMDC defendeu a prorrogação dos prazos até que o PACM esteja plenamente operacional, enquanto outras Partes, como AOSIS, alertaram para os custos excessivos de uma extensão prolongada. Como encaminhamento, o Secretariado foi solicitado a apresentar, na COP 30, uma atualização sobre os recursos disponíveis no fundo fiduciário do MDL e uma avaliação dos custos e recursos associados às datas propostas, para subsidiar a decisão das Partes.

Outro ponto debatido foi o destino dos recursos remanescentes desse fundo. Algumas Partes propuseram manter os recursos vinculados à manutenção do MDL até sua completa desativação. Outras sugeriram redirecioná-los, total ou parcialmente, ao Fundo de Adaptação, a atividades de capacitação sobre o Artigo 6 para países em desenvolvimento, à infraestrutura dos mercados ou a ações de aprimoramento da transparência no âmbito do Acordo de Paris. Ao final, as Partes concordaram em retomar as discussões na CMP 20, durante a COP 30, com base na minuta de decisão acordada em Bonn.

Financiamento

O tema de financiamento não esteve presente na agenda formal de negociações, mas foi discutido em outras reuniões mandatadas por decisões anteriores.

Roteiro de Baku a Belém para USD 1,3 trilhão

O Roteiro - que será produzido pelas Presidências da COP29 e COP30 - não é um item de negociação formal, mas foram conduzidas consultas durante a SB62 para escutar as visões das Partes e stakeholders sobre a minuta inicialmente preparada

pelas Presidências. Durante a consulta dos atores não estatais, o Ministério da Fazenda do Brasil - que apoia a Presidência na COP30 com insumos para o Roteiro - apresentou as principais prioridades para o relatório do Círculo de Ministros de Economia: reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs); expansão do financiamento concessional e dos fundos climáticos; criação de plataformas nacionais e aumento da capacidade nacional para atrair investimentos sustentáveis; desenvolvimento de instrumentos financeiros inovadores para mobilização de capital privado; e fortalecimento das estruturas regulatórias para o financiamento climático.

Houve chamados para financiamento para adaptação como prioridade e o uso de instrumentos financeiros inovadores, como mecanismos baseados no princípio do poluidor-pagador. Pelos países em desenvolvimento, foram destacadas barreiras relacionadas à qualidade do financiamento climático, incluindo questões burocráticas que prejudicam o acesso direto, aumento do endividamento, bem como se apontou o papel complementar dos Bancos Multilaterais e Instituições Financeiras Internacionais, que não substitui a responsabilidade dos países desenvolvidos em proverem financiamento público. Do lado dos países desenvolvidos, feedbacks focaram na importância de o Roteiro considerar uma ampla variedade de fontes de recursos, em especial formas de mobilizar mais financiamento privado.

Com relação ao processo, há frustração com a falta de clareza sobre os próximos passos, e sobre como as contribuições feitas durante as consultas serão refletidas no Roteiro. Ainda não está claro como ele será incorporado ou reconhecido nas negociações formais da COP30, e qual a sua efetividade em relação aos atores além da estrutura da UNFCCC.

Diálogo de Sharm el Sheikh sobre o Artigo 2.1.c em complementaridade com Artigo 9

O mandato desse Diálogo é para que as partes troquem opiniões e melhorem a compreensão do escopo do Artigo 2.1c, que diz respeito a tornar os fluxos financeiros consistentes com um caminho para baixas emissões de gases de efeito estufa e desenvolvimento resiliente ao clima, e sua complementariedade com Artigo 9, que aborda a responsabilidade dos países desenvolvidos em proverem financiamento para países em desenvolvimento.

O primeiro workshop de 2025 contou com apresentações de especialistas sobre três temas previamente escolhidos - adaptação, transição justa e como o Artigo 2.1.c pode apoiar a implementação da nova meta coletiva de financiamento climático (NCQG) -, seguidas por discussões em grupos menores entre as Partes e

stakeholders. No entanto, não houve tempo suficiente para aprofundar as discussões, e algumas Partes não conseguiram intervir no último dia.

O próximo workshop acontecerá antes da COP 30, um momento crucial para debater qual decisão viável pode ser tomada em Belém para reconhecer o trabalho realizado, dar continuidade (ou não) ao diálogo e qual o formato mais eficaz para garantir não apenas a continuidade das discussões, mas também um processo de implementação.

Workshop sobre o Artigo 9.5

O terceiro workshop bienal sobre o Artigo 9.5 do Acordo de Paris reuniu Partes e observadores para discutir experiências na elaboração das comunicações bienais de financiamento climático, sua utilidade para países em desenvolvimento e formas de aprimorá-las, especialmente para informar o Balanço Global. Destacaram-se desafios como a baixa previsibilidade dos compromissos financeiros devido a entraves políticos e orçamentários em países desenvolvidos, dificuldades técnicas na consolidação de dados e a necessidade de uma definição clara de financiamento climático. Outras Partes também defenderam padrões comuns e mais dados quantitativos sobre o equilíbrio entre mitigação e adaptação. Também foram abordadas melhorias na articulação com os Relatórios Bienais de Transparência (BTRs), a separação de comunicações voluntárias e a importância de alinhar os relatórios com as necessidades dos países em desenvolvimento. Por fim, foi ressaltado que a próxima COP contará com um Diálogo Ministerial de Alto Nível voltado à atualização das diretrizes dessas comunicações, com foco na nova meta coletiva de financiamento climático, acesso direto a financiamento, e na comparabilidade entre os relatórios ex-ante e ex-post dos Artigos 9.5 e 9.7.

Gênero

Durante a SB 62, as Partes deram início à construção do novo Plano de Ação de Gênero (GAP), que deverá ser negociado e adotado na COP30. Essa foi a primeira rodada de negociações sob o novo mandato do Programa de Trabalho de Lima sobre Gênero (LWPG), prorrogado por mais dez anos na COP29. O processo começou com um workshop técnico de três dias, que reuniu as partes e representantes da sociedade civil para revisar as atividades do plano atual, identificar lacunas e propor novas ações. A metodologia adotada foi participativa e colaborativa, tomando como referência central para o novo plano o Plano de Ação de Gênero anterior.

Com base nos insumos técnicos resultantes do workshop, o Secretariado elaborou um primeiro rascunho do novo plano, que passou a ser discutido nas consultas informais entre os países. Ao longo das três sessões realizadas, as Partes revisaram

as 31 atividades propostas, optando por deixar para a COP as discussões sobre entregas esperadas, entidades responsáveis e cronograma. O ambiente das negociações foi marcado majoritariamente pela cooperação, com esforço conjunto das Partes para avançar, apesar das divergências.

O principal ponto de impasse foi a inclusão de linguagem sobre financiamento. Países do G77+China, Grupo Africano e AOSIS defenderam a necessidade de reconhecer a importância do apoio financeiro para a implementação do plano, inclusive com referência ao financiamento direto a organizações de base lideradas por mulheres. Países desenvolvidos, por outro lado, argumentaram que o mandato atual não permite a criação de novos compromissos financeiros, sugerindo que o foco permaneça na implementação e na capacitação institucional. A Noruega propôs uma posição intermediária, aceitando a inclusão de referências à conscientização e ao fortalecimento de capacidades em finanças com perspectiva de gênero, desde que sem compromissos explícitos. Outro tema muito presente foi a menção ao reconhecimento de grupos específicos, como pessoas afrodescendentes, mulheres agricultoras, povos indígenas e comunidades locais.

As negociações foram concluídas em oito dias, com a realização da última consulta informal. Após a segunda versão enviada pelo secretariado, o texto não sofreu novas alterações e foi mantido como base para a negociação final durante a COP30. No entanto, as Partes acordaram a realização de um novo workshop técnico antes da conferência, com o objetivo de consolidar as atividades, discutir as entregas e reduzir o número de notas informais atualmente presentes no texto. O Grupo Africano propôs que esse encontro seja sediado na Etiópia, durante a Semana Africana do Clima, em setembro. O saldo da SB62 é um documento preliminar extenso, fortemente ancorado no plano anterior, que incorpora uma diversidade de propostas apresentadas, e que agora deverá ser politicamente amadurecido em Belém.

Transparência

As discussões sobre transparência na SB 62 foram intensas e refletem tanto desafios técnicos quanto tensões políticas. Um dos principais pontos da agenda foi o item sobre provisão de apoio financeiro e técnico aos países em desenvolvimento. Ao longo da semana, G77+China, AILAC, LMDCs e países africanos relataram os entraves enfrentados no acesso ao financiamento do GEF, apontando lentidão, burocracia e prejuízo à continuidade institucional dos processos de relato. Já o Reino Unido e outros países desenvolvidos insistiram que a UNFCCC não possui mandato para orientar diretamente o GEF, travando parte das negociações. Na segunda semana, com o objetivo de ter algo mais estruturado para trabalhar em Belém na COP 30, o Brasil solicitou tempo adicional para negociação, e como resultado

tivemos uma minuta com propostas como a simplificação de processos de financiamento, realização de workshops, e incentivos a diálogos entre países e o GEF. Mas o texto permanece repleto de colchetes, sinalizando divergências a serem superadas.

Outro ponto importante foi o debate sobre o Grupo de Especialistas Consultivos (CGE), considerado essencial para o apoio técnico e a capacitação dos países em desenvolvimento. Houve consenso entre as Partes quanto à importância do grupo, especialmente no contexto da implementação das novo arcabouço de transparência do Acordo de Paris (Enhanced Transparency Framework – “ETF”). No entanto, persistiram divergências em três pontos centrais do texto: o prazo de renovação do mandato, a composição dos membros e a revisão dos termos de referência. Os países em desenvolvimento, liderados por G77+China, defenderam um mandato permanente, com manutenção da composição atual e sem alterações substanciais nos termos de referência. Já os países desenvolvidos propuseram que o CGE tenha um mandato renovável (de três ou seis anos, com opções para 2029 ou 2032), além de uma nova composição com distribuição numérica de membros por região, incluindo assentos específicos para LDCs, SIDS e representantes de organizações internacionais. Frases como “transição para os BTRs” e “implementação plena do ETF” foram especialmente contestadas por G77+China, enquanto a UE defendeu sua inclusão. O texto segue com múltiplas opções entre colchetes e será retomado na COP 30.

Quanto à provisão de apoio financeiro e técnico nos termos do Artigo 13 do Acordo de Paris, as Partes buscaram organizar uma resposta mais estruturada às dificuldades enfrentadas na implementação do ETF. O G77+China propôs um plano de trabalho trienal, sínteses periódicas de aprendizados e mais canais de interlocução com o GEF. A oposição do Reino Unido e outros países desenvolvidos a qualquer menção de orientação ao GEF marcou os debates. O texto discutido previa orientações sobre ações de simplificação de processos de financiamento, modelos padronizados de projeto e fortalecimento de capacidades institucionais. O conteúdo será retomado em Belém, com a expectativa de novos workshops e submissões sobre as experiências nacionais.

A agenda referente às informações contidas nas Comunicações Nacionais de Países não incluídos no Anexo I da Convenção teve encaminhamento limitado. As discussões não avançaram em torno da proposta de consolidar as informações em relatórios de síntese, proposta essa contestada por países como a África do Sul e o Grupo Africano, que alertaram para os riscos de comparações indevidas entre países com capacidades técnicas muito distintas. Diante da falta de consenso, foi decidido que o tema será incluído na agenda provisória da SB63, mas que será

considerado mantido em suspenso (*held in abeyance*) até que haja condições mais favoráveis para seu tratamento.

Já o evento mandatado de Consideração Facilitadora e Multilateral de Progresso (FMCP) permitiu uma rica troca de experiências entre países como Guiana, Panamá e Andorra sobre seus processos de elaboração e revisão dos BTRs. Foram relatadas dificuldades técnicas, além de estratégias de superação, como uso de recursos próprios e recontração de equipes envolvidas no primeiro ciclo de relato. O formato do FMCP foi considerado útil, e sugestões como envio prévio de perguntas técnicas foram propostas para facilitar futuras rodadas.

Medidas de resposta

Os impactos da implementação de medidas de resposta referem-se aos efeitos – tanto dentro como fora das jurisdições nacionais – resultantes de políticas e ações de mitigação adotadas pelas Partes no âmbito da Convenção, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris. Nas negociações sobre o tema, além do Fórum sobre Medidas de Resposta, em 2018 foi instituído o Comitê de Especialistas de Katowice (KCI), responsável por apoiar tecnicamente o Fórum por meio de relatórios anuais.

Em Baku, na COP29, foi adotado um novo plano de trabalho do Fórum sobre Medidas de Resposta referente ao período 2026-2030, contemplando 17 atividades. Na ocasião também foi solicitado que o KCI determinasse, em seu relatório de 2025, um cronograma e modos de implementação das atividades ali previstas. Além disso, determinou-se que o Fórum incorporasse em seu plano de trabalho a consideração de “questões substanciais”, baseado no relatório anual do KCI.

Nesse contexto, logo no início das negociações, o G77/China, apoiado pelo Grupo Árabe, pelo Grupo Africano e pelos LMDCs, solicitou que fossem discutidas as atividades prioritárias para o KCI e o Fórum, considerando o plano de trabalho para 2026-2030. Houve grande controvérsia com relação a uma atividade listada no plano como análise de impactos de medidas de resposta, “inclusive de impactos transfronteiriços”. Com base nessa redação, o G77/China sugeriu que fosse determinada como atividade prioritária ao KCI e ao Fórum a discussão sobre medidas unilaterais de comércio, ou medidas protecionistas, ponderando que tais medidas ocasionam a retirada de financiamento climático de países em desenvolvimento. Por outro lado, a União Europeia, Reino Unido, Austrália, Canadá e outros países desenvolvidos argumentaram que não havia motivo para apressar essas discussões, considerando que o relatório do KCI de 2025 só será publicado no segundo semestre e que, na visão deles, o Fórum não tinha mandato para discutir medidas unilaterais.

Outro tema discutido foi a realização de diálogos globais anuais sobre o tema dos impactos das medidas de resposta. Alguns países, como o Japão, demonstraram preocupação sobre os recursos financeiros envolvidos. Para os países em desenvolvimento, tais diálogos representam oportunidades de trazer para discussão novos impactos das medidas de respostas, inclusive decorrentes das medidas unilaterais.

No último dia da SB62, as Partes concordaram em aceitar a consolidação de um resumo informal das discussões, que não representa acordo formal adotado, mas que servirá de base para as negociações em Belém.

Tecnologia

As negociações sobre tecnologia climática concentraram-se em três frentes principais: a definição da estrutura e escopo do novo Programa de Implementação de Tecnologia (*Technology Implementation Programme*, “TIP”), a revisão das funções e do futuro do Centro e Rede de Tecnologia do Clima (*Climate Technology Centre and Network*, “CTCN”), e os vínculos institucionais entre o Mecanismo de Tecnologia e o Mecanismo Financeiro da Convenção, que inclui fundos como o GCF e o GEF.

Vínculos entre o Mecanismo de Tecnologia e o Mecanismo Financeiro da UNFCCC

As discussões sobre as conexões entre o Mecanismo de Tecnologia e o Mecanismo Financeiro da UNFCCC giraram em torno de três eixos principais: o escopo da colaboração institucional e o papel do Secretariado; o tipo e frequência dos relatórios sobre apoio financeiro à transferência de tecnologia; e a permanência ou não do item específico de conexões na agenda da UNFCCC. O G77 + China tem sustentado que esse tema é estratégico para garantir acesso a recursos nos processos de reposição do GCF e GEF, e demonstrou abertura para ajustar a linguagem, desde que a discussão seja tratada pelos negociadores de financiamento.

Países desenvolvidos, como Reino Unido, Noruega e Canadá, propuseram diluir o item, transferindo a discussão para relatórios conjuntos do TEC (Comitê Executivo de Tecnologia do Mecanismo de Tecnologia) e CTCN, o que reduziria sua força política. Também houve controvérsias sobre a proposta do G77 de incluir relatórios técnicos regulares detalhando como os pedidos de assistência técnica se convertem (ou não) em projetos financiados. Por fim, o futuro do item na agenda permanece em disputa. O rascunho de texto traz uma opção que propõe encerrá-lo como ponto autônomo, e outras que defendem sua manutenção, com revisões periódicas vinculadas aos ciclos de reposição dos fundos. As Partes decidiram continuar as

considerações da agenda na SBI 63 com base no texto disponível, para decisão na COP30.

Revisão das Funções e do Futuro do CTCN

As Partes também discutiram a renovação do mandato do CTCN. Apesar do reconhecimento geral de sua importância, permanece indefinida a duração da renovação, bem como a necessidade de revisar o processo de seleção da entidade anfitriã. O G77 tem pressionado por um mandato mais amplo e orientado à implementação, com maior presença regional. Países desenvolvidos, por sua vez, preferem preservar o foco técnico do centro, evitando expansão institucional sem avaliação de desempenho clara.

Outro ponto em debate na revisão do escopo funcional do CTCN, liderada por países em desenvolvimento, é que o centro atue mais diretamente na formulação de propostas de financiamento e no apoio à implementação tecnológica. Alguns países desenvolvidos, no entanto, demonstram preocupação com uma possível sobreposição de funções com o GCF, o GEF e até mesmo o TEC. Também está em jogo o papel do CTCN em relação ao novo TIP: se ele será o principal executor do programa, ou apenas um parceiro técnico, ainda é questão em aberto.

Programa de Implementação de Tecnologia

Criado pela decisão da COP 28, o TIP visa apoiar a implementação de prioridades tecnológicas definidas pelos países em desenvolvimento. Ele busca ir além da fase de planejamento para se tornar um instrumento operacional de entrega tecnológica. Para que o TIP possa entrar em vigor, é necessário definir sua governança, escopo funcional, fontes de financiamento e articulação institucional — todos pontos ainda em debate.

As Partes demonstraram visões divergentes sobre o nível de ambição do programa. O G77, especialmente os PMA e pequenos Estados insulares, defende uma estrutura robusta, com metas concretas, foco em inovação endógena e justiça climática. Países desenvolvidos mostraram cautela quanto a compromissos vinculantes, especialmente no que se refere a financiamento, barreiras comerciais e propriedade intelectual. Também há discordância sobre os critérios para definição das tecnologias incluídas no programa: o Reino Unido, por exemplo, quer ancorá-las nos resultados do GST, com ênfase na transição energética, enquanto países como Brasil, China, AILAC e o Grupo Africano defendem que as prioridades devem ser orientadas pelas necessidades nacionais.

Outro debate central é o tipo de relação que o TIP terá com os mecanismos financeiros. As opções variam entre um modelo baseado em parcerias flexíveis com bancos de desenvolvimento e atores privados, e outro focado no fortalecimento de

capacidades endógenas, com atuação mais direta do TEC e do CTCN. Também está em discussão a estrutura do programa e como ele será operacionalizado. O G77 e China propõem um modelo amplo, com diálogos técnicos globais anuais sob coordenação da SBI/SBSTA ou do TEC, participação multissetorial e forte integração com programas existentes da UNFCCC. Essa proposta inclui ainda diálogos regionais e relatórios sistemáticos.

Por outro lado, países como União Europeia, Noruega e Reino Unido mostraram preferência por modelos mais contidos e episódicos, com dois diálogos técnicos focados em temas específicos, ou formatos mistos que combinem encontros técnicos com eventos de alto nível. Essas opções priorizam visibilidade política e contribuições pontuais ao Balanço Global, mas com menor grau de institucionalização. Assim, as opções variam entre modelos de governança multissetorial permanentes (como os preferidos pelo G77) e alternativas mais restritas, centradas em ciclos específicos de implementação. As Partes decidiram continuar as considerações da agenda na SBI 63 com base no texto disponível, para decisão na COP30.

Oceanos

Embora não constitua um item das negociações formais da SB62, o tema dos oceanos teve grande destaque na SB62 por meio de eventos mandatados, dada as sinergias robustas entre a mudança do clima e a proteção dos oceanos.

Na COP26, havia sido adotado o “Pacto Climático de Glasgow”, decisão que determinava ao SBSTA a organização de diálogos anuais para fortalecer ações baseadas nos oceanos. Assim, na SB 62, foram realizados dois dias dos “Diálogos sobre Oceanos e Mudanças Climáticas”, em que diferentes *stakeholders* puderam fazer apresentações sobre ações que têm os oceanos como centro, demonstrando suas relações com os tópicos discutidos nas negociações climáticas internacionais. Além disso, no segundo dia dos diálogos, foi realizado um workshop, em que os presentes foram divididos em pequenos grupos para discutir ações e a atuação dos diálogos no sistema da UNFCCC.

As discussões sobre oceanos foram baseadas em três principais temas: (i) a adoção de medidas baseadas nos oceanos nas NDCs; (ii) a inclusão de indicadores baseados nos oceanos no GGA; e (iii) as sinergias entre oceanos, clima e biodiversidade.

Em relação ao primeiro tema, as discussões foram trazidas da Conferência das Nações Unidas sobre Oceanos (UNOC-3), que aconteceu em Nice (França), uma semana antes da SB62. Lá, o Brasil e a França, lançaram conjuntamente o “Desafio

da NDC Azul”, chamando as Partes para incluírem ações baseadas no oceano em suas NDCs. No primeiro dia dos diálogos na SB62, destaca-se a apresentação da Profa. Marinez Sherer, enviada especial da Presidência da COP30, que afirmou que o oceano deve ser reconhecido como parte central do sistema global, devendo ser assim considerado nas NDCs com compromissos mensuráveis e rastreáveis.

No que diz respeito ao GGA, os diálogos lembraram que, para além do sequestro de carbono realizado pelos oceanos, há inúmeros co-benefícios na sua preservação, contribuindo para a resposta ou acomodação de diversos impactos causados pelas mudanças do clima, principalmente sobre as populações costeiras. A representante da plataforma Global Ocean Observing System (GOOS), por exemplo, mencionou que seria possível se valer de indicadores já existentes em convenções internacionais para análise da adaptação no contexto dos oceanos. Além disso, os diálogos discutiram a necessidade de inclusão dos oceanos nos Planos Nacionais de Adaptação (NAPs).

Já em relação às sinergias, as discussões focaram bastante na sinergia com a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), considerando a necessidade de restauração de ecossistemas marinhos. A Colômbia, por exemplo, apresentou a sua Estratégia Nacional e Plano de Ação de Biodiversidade (National Biodiversity Strategy and Action Plan, “NBSAP”) com previsões específicas de restauração da biodiversidade marinha, como metas de restauração de recifes coralíneos, de forma a integrar a ação climática, a conservação da biodiversidade e a resiliência costeira de forma coerente e inclusiva.

Arranjos para as reuniões intergovernamentais

Durante a SB62, as discussões sobre os arranjos para reuniões intergovernamentais (AIM) concentraram-se nos preparativos para a COP30 no Brasil, debates sobre a escolha do país anfitrião da COP31, com Austrália e Turquia reiterando seu interesse, além de negociações sobre a eficiência do processo da UNFCCC e engajamento de organizações observadoras. Embora não tenham chegado a um consenso sobre o anfitrião da COP31, questões importantes foram debatidas entre as Partes nas duas semanas de negociações. Sobre a eficiência do processo, foi ponderado que as COPs estão se tornando eventos muito grandes e com elevados custos para os países anfitriões, e que deve ser considerado um limite para o credenciamento como “party overflow” – um tipo de credencial emitida pelas Partes para pessoas que não fazem parte do time negociador ou do governo. Outra questão foi como buscar maior equilíbrio geográfico entre organizações observadoras e a ordem de falas nas negociações, com algumas Partes defendendo, sem consenso, que observadores devem falar antes das Partes em temáticas que dizem respeito à sociedade civil. Houve também pedidos para que os acordos com

países anfitriões de COPs fossem publicados no site da UNFCCC de maneira a aumentar a transparência e reduzir conflitos de interesse. No último dia de negociações, um debate sobre a aplicação das leis nacionais dos países anfitriões dentro do prédio-sede das negociações tomou conta da sala. As Partes não chegaram a um consenso sobre isso, já que a norma é que esses prédios sejam regidos pelas leis da ONU durante a conferência, e foi decidido que mais negociações sobre isso acontecerão no SB63 – em Belém, no final do ano.

O texto com as conclusões finais adotadas pelas Partes pondera todas essas questões, com destaques para o pedido que o anfitrião da COP31 seja decidido o mais rápido possível, considerações sobre o número de credenciados, e afirmando que o acordo com o país anfitrião será publicado assim que for assinado.

Orçamento da UNFCCC

A negociação sobre o orçamento central da UNFCCC para o biênio 2026-2027 se estendeu até os últimos minutos antes da plenária final. Houve reconhecimento generalizado dos desafios financeiros enfrentados pelo secretariado e as Partes discutiram diferentes cenários orçamentários, incluindo propostas que variavam de um aumento de 1,2% (75 milhões de euros) até 24% (92,2 milhões de euros), com relação ao último orçamento, ainda abaixo das necessidades reais estimadas pelo Secretariado da UNFCCC em 109,8 milhões de euros. O Brasil, por exemplo, defendeu o aumento em 24% como um importante sinal de defesa do multilateralismo em reconhecimento ao papel crucial do secretariado na governança climática global. Também foi considerada uma proposta de transferência única de 6 milhões de euros do Fundo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo para modernização da infraestrutura do secretariado e apoio às atividades do Artigo 6.2 e 6.4.

As Partes acordaram em um aumento de 10%, totalizando 81.5 milhões de euros e cobrindo apenas 74% das necessidades reais apresentadas pelo Secretariado. Esse acordo é muito importante para que o Secretariado consiga informar, até a COP30, quanto cada Parte deve contribuir para o próximo ciclo.